

# Adusp impetrará ação coletiva para pleitear diferenças da URV

Deliberação foi tomada na Assembleia da Adusp de 27/9/12

**Ação da URV.** A assembleia deliberou que a Adusp entrará com ação coletiva, reivindicando para todos os docentes as diferenças salariais referentes à perda de 6,49% (veja cálculos ao lado), decorrente da transformação dos salários em Unidade Real de Valor (URV), ocorrida em março de 1994.

A assessoria jurídica da Adusp deverá encarregar-se de todas as etapas do processo, incluindo a execução e a liquidação da sentença, em caso de vitória.

Sabemos, por experiência com a ação do gatilho, que o juiz poderá restringir esse eventual ganho apenas àqueles que eram docentes em 1994 e, mais ainda, dentre esses, aos associados da Adusp na data de entrada com a ação.

Será necessário anexar à petição inicial uma lista dos associados da entidade, que poderá, eventualmente, servir de base para o juiz definir os beneficiários da ação, em caso de vitória.

Caso vençamos a ação, a legislação vigente permite que a entidade recolha dos beneficiários uma taxa denominada **contribuição assistencial**, com o intuito, no caso, de sanear gastos extraordinários referentes à ação. A assembleia decidiu que ela será voluntária e corresponderá a um desconto de 2% do ganho de cada beneficiário. Com essa receita a entidade reporá os gastos decorrentes das despesas processuais e reforçará seu Fundo de Reserva, garantindo autonomia financeira, vital para a sustentação de futuros movimentos e campanhas coletivas.

No *Informativo* 351, lembramos que **sucumbência** são as despesas do processo e de honorários advocatícios que devem ser suportados, ao final do processo, pelo perdedor da demanda. A sucumbência é estabelecida pelo juiz na própria sentença e o percentual

referente aos honorários varia de 10% a 20% do valor da condenação. Em várias situações, a sucumbência pode ser suportada pela parte vencedora, como, por exemplo, quando se negocia um acordo para o pagamento da ação. Nessa situação, é comum

que a parte perdedora tente se liberar do pagamento da sucumbência, que é um direito do advogado que venceu a causa.

Nesses casos, a viabilização do acordo dependeria, então, de que o advogado que venceu a causa concordasse em abrir mão desses honorários. A assembleia deliberou favoravelmente à proposta da diretoria, estabelecendo que, em caso de vitória e se a USP for

liberada do pagamento total ou parcial da sucumbência, cada beneficiário terá um desconto de no máximo 3% do valor recebido, para pagamento dos honorários advocatícios relativos à sucumbência, compensando, ainda que parcialmente, uma redução ou até a eliminação do ônus da sucumbência. Assim, caberá à diretoria firmar contrato, nestes termos, com o escritório responsável pela ação.

Finalmente, caso sejamos vitoriosos no mérito da ação, e houver divergência entre as partes sobre os valores devidos, será convocada assembleia para decidir como proceder. Isto porque, se contestarmos o valor estabelecido na sentença e o juiz entender que não temos razão, poderemos ter que arcar com a sucumbência referente à diferença entre o valor pleiteado pela entidade e o valor fixado pelo juiz.

**Democratização da universidade.** A assembleia deliberou que a diretoria encaminhará carta aos membros do Co, ponderando a necessidade de as unidades terem tempo para discutir as propostas em pauta naquele colegiado, relativas às mudanças na estrutura de poder. Caberá aos membros do Conselho de Representantes da Adusp a tarefa de contatar diretor(a) e representante de congregação de sua unidade, visando a sensibilizá-los para a necessidade de efetivamente abrir o debate sobre tema de tamanha importância ao conjunto dos estudantes, funcionários e docentes. Durante a assembleia, representando a diretoria do DCE, o estudante Felipe Faria Camargo informou os presentes sobre as deliberações do congresso estudantil realizado em agosto, no qual ficou decidida a realização de um plebiscito sobre eleições diretas para reitor, democratização dos órgãos colegiados e estatuinte, a realizar-se de 22 a 26 de outubro.

## Quanto perdemos na conversão dos salários para URV

Lei nº 8.880 de 27 de maio de 1994

*Conversão da Medida Provisória nº 482 de 1994. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e da outras providências.*

Art.22 - Os valores das tabelas de vencimentos, saldos e salários e das tabelas de funções de confiança e gratificadas dos servidores públicos civis e militares, são convertidos em URV em 1º de março de 1994, considerando o que determinam os arts. 37, XII e 39, § 1º, da Constituição, observado o seguinte:

I - dividindo-se o valor nominal, vigente nos meses de novembro e dezembro de 1993 e janeiro e fevereiro de 1994, pelo valor em cruzeiros reais do equivalente em URV do último dia desses meses, respectivamente, de acordo com o Anexo I desta Lei, independentemente da data do pagamento;

II - extraíndo-se a média aritmética dos valores resultantes do inciso anterior.

**Exemplo para demonstrar que a USP não seguiu o disposto no artigo 22 da Lei nº 8.880 (Medida provisória 482 de 1994).**

Docente - Número Funcional XOY4Z

Tabela de Salários e URVs do último dia do mês

Mês	Salários em cruzeiros reais (A)	URV do último dia do mês (B)	Salários em URVs do último dia do mês (A/B)
novembro/93	637.577,71	238,32	2.675,31
dezembro/93	866.085,22	327,90	2.641,31
janeiro/94	1.199.701,39	458,16	2.618,52
fevereiro/94	1.683.181,13	637,64	2.639,70
Média aritmética			2.643,75

Salário de março de 1994, em URVs, pago pela USP ao docente 2.482,67

Acréscimo necessário para atingir o valor estabelecido pela Lei nº 8.880 (Medida Provisória 482 de 1994) =

$$= \frac{2.643,75 - 2.482,67}{2.482,67} \times 100 = 6,49\%$$

Setembro, 2012

# Rodas promete seminário sobre cotas na USP

Na reunião do Conselho Universitário (Co) de 25/9, que teve como ponto de pauta as cotas sociais e raciais para acesso à universidade, o reitor Grandino Rodas comprometeu-se a criar uma comissão responsável por elaborar um modelo de seminário para a discussão do tema nas unidades da USP.

A nota da Reitoria diz que “dentro das sugestões apresentadas pelos conselheiros e pelos convidados externos presentes à reunião, houve consenso quanto à promoção de amplo debate sobre inclusão social na USP nos órgãos centrais e nas Unidades de Ensino e Pesquisa, bem como a realização de um grande seminário, em que a questão da inclusão social será discutida com maior profundidade e detalhamento com a comunidade universitária”. Desta forma, a questão étnica, aspecto fundamental da discussão, não aparece na versão oficial da reunião.

“Todos desejam uma grande discussão a respeito [das cotas] e muitas vezes a discussão muda o modo de pensar. Universidade é local para discutir e chegar a soluções”, disse o reitor. Ele afirmou que órgãos centrais não podem determinar o que deve ser abordado nas unidades, mas podem suscitar o debate de temas importantes. “Haverá um documento expedido sobre o assunto, mas não gostaria fazer isso sozinho. Nós vamos levantar sugestões de mérito presentes nas falas de hoje e fazer um con-

vite para que se desenhe um seminário em conjunto”.

Segundo Rodas, a ideia é que o grupo encarregado de formular o seminário seja designado entre sete e dez dias após a reunião. A funcionária da USP Jupiara Gonçalves de Castro, o jornalista e professor de educação básica Luiz Carlos dos Santos e o advogado e professor universitário Silvio Luiz de Almeida foram convidados a participar das elaborações finais do modelo de seminário. Os dois primeiros são fundadores do Núcleo de Consciência Negra (NCN) que atua na USP e, com Almeida, participaram da reunião como convidados para defender e esclarecer aspectos centrais da necessidade de cotas sociais e raciais na universidade.

“Propomos fazer um grande seminário sobre cotas na universidade”, disse Jupiara, dando abertura para a proposta que foi defendida e, depois, encaminhada à mesa pelos representantes discentes (RD) presentes na reunião. O texto sugeriu um calendário unificado para o debate de cotas no Co; a formação de uma comissão com a participação de docentes, discentes, funcionários e um membro do NCN para a organização de seminários sobre cotas nas unidades, culminando em um grande seminário sobre o tema na USP.

O encaminhamento do reitor atende parte do que foi pedido pelos alunos. Os RD e membros da Frente Pró-cotas da USP estão

se articulando para buscar representatividade paritária na comissão a ser criada.

**Pouco acúmulo.** A pró-reitora de Graduação, professora Telma Zorn, apresentou dados do Programa de Inclusão Social (Inclusp) e da Fuvest. Recortes sociais e raciais foram mostrados. “Este ano, as matrículas de estudantes negros na universidade representaram 14% do total de vagas oferecidas. Isso é o dobro do que tínhamos em 2000”, afirmou a professora, buscando mostrar efeitos positivos do Inclusp.

“Na Poli, hoje, temos uma divisão de 70% de matriculados brancos e 30% de não brancos, divididos entre negros e indígenas. O lamentável é que são poucos os inscritos negros e pardos no vestibular”, completou a pró-reitora de Graduação. Apesar de não mencionado na reunião, as atuais proporções de negros na USP não refletem o perfil da população do Estado de São Paulo, que tem 34,6% de pretos e pardos.

Algumas intervenções de professores contra as ações afirmativas evidenciaram, no mínimo, falta de acúmulo de discussão sobre o tema, causando certo constrangimento. “No Brasil, o modelo do racismo é cordial. Nossos amigos convidados a falar aqui hoje [Jupiara, Silvio e Luis Carlos — os três, negros] foram tratados normalmente, como um de nós”, disse Luiz Roberto Britto, professor do Ins-

tituto de Ciências Biomédicas (ICB). Na sua fala, o racismo “cordial” foi utilizado para questionar a viabilidade, no Brasil, de ações afirmativas como as que existem nos Estados Unidos. “Mas acho que é possível um dia combinar o Inclusp com cotas raciais”, concedeu Britto.

Em suas falas, Britto e o professor José Roberto Cardoso, diretor da Poli, manifestaram-se contrariamente aos discursos pró-cotas feitos pelos convidados. Para Cardoso, a política de cotas “revela uma falta de compreensão completa do papel que as instituições de ensino superior representam” e é “um retrocesso”.

Como resposta a esse tipo de comentário, a professora Vera Silva Facciola Paiva, do Instituto de Psicologia (IP), disse, em fala aberta a favor das cotas, que “muitos [docentes] teriam vergonha do que falaram na reunião”.

A inserção do tema e a participação dos convidados na reunião de 25/9 do Co atendeu a um pedido da Frente Pró-Cotas Raciais do Estado de São Paulo. Sabendo da possível inclusão do tema na pauta do Co, no dia 15/8 a Frente existente na USP protocolou na Reitoria uma proposta de resolução para a criação de um Programa de Ações Afirmativas na universidade. A ideia era debater o documento na última reunião, porém não houve resposta. A RD Maria Fernanda Silva Pinto, da pós-graduação, pediu esclarecimentos quanto à questão, mas a solicitação não foi respondida.

## Relatório de tesouraria da Adusp - março a agosto de 2012

mês	Saldo do fundo de reserva 1	Contribuição líquida dos associados	Salários e encargos	Despesas de comunicação	Despesas Gerais restantes 3
Março/12	R\$ 999.465,89	R\$ 185.449,43	R\$ 99.768,95	R\$ 8.249,08	R\$ 54.179,92 <sup>(1)</sup>
Abril/12	R\$ 1.006.455,29	R\$ 184.919,41	R\$ 102.737,32	R\$ 16.223,52	R\$ 59.030,38 <sup>(2)</sup>
Maió/12	R\$ 1.013.668,51	R\$ 184.801,99	R\$ 125.115,53 <sup>(3)</sup>	R\$ 23.440,18 <sup>(4)</sup>	R\$ 71.106,99 <sup>(5)</sup>
Junho/12	R\$ 984.669,95	R\$ 199.438,06	R\$ 181.769,55 <sup>(6)</sup>	R\$ 36.594,95 <sup>(7)</sup>	R\$ 68.120,75 <sup>(8)</sup>
Julho/12	R\$ 991.267,15	R\$ 196.834,80	R\$ 113.338,39	R\$ 18.062,39	R\$ 44.429,32
Agosto/12	R\$ 997.848,53	R\$ 196.339,98	R\$ 141.123,83 <sup>(9)</sup>	R\$ 9.583,08	R\$ 50.583,15 <sup>(10)</sup>

1 – 1ª parcela do projeto executivo da nova sede; 2 – Pagamento dos advogados contratados para tratar da interpelação judicial da diretoria; 3 – Férias de funcionários; 4 – Carta resposta da Enquete Adusp; 5 – Despesas com rateio, passagens e hotel CONAD; 6 – Folha avulsa e 13º salário; 7 – Revista Adusp; 8 – 2ª parcela do projeto executivo da nova sede e empréstimo ao Sindcefet; 9 – Empréstimo e pagamento de férias; 10 – Empréstimo a Adunifesp



# CCAD anuncia que desistiu da “fração niveladora” na progressão horizontal

**Comissão de Avaliação de Letras promoveu 90% dos 109 docentes inscritos e recusou-se a acatar sugestão da CCAD de redução desse índice**

A Comissão Central de Avaliação Docente (CCAD) recuou no intento de impor um teto à quantidade de promoções de docentes por departamento, no processo de avaliação inaugurado com a nova carreira docente. A tentativa surgiu com a aprovação, na reunião de 18/4 da comissão, do documento “Diretrizes da CCAD para uniformização da avaliação” (disponível em <http://goo.gl/vMZ5M>), que introduziu o conceito de “fração niveladora”, mediante o qual se buscava frear “disparidades nas taxas de promoção” dos diferentes departamentos.

No entendimento da CCAD, a diversidade de critérios empregados pelas comissões setoriais de avaliação (CASs) “tende a gerar disparidades, já que os critérios de algumas CASs podem resultar em taxas de promoção muito maiores do que os das outras”, sendo necessário, portanto, adotar um procedimento nivelador, uma “fração niveladora” (por exemplo, 50%), capaz de “uniformizar a razão promovidos/candidatos em um valor médio”.

A decisão da CCAD de legislar e inserir na avaliação dos docentes um fator redutor de promoções, de natureza política (porque externo às considerações de mérito), foi mal recebida e causou inquietação em algumas comissões setoriais. A Comissão de Avaliação Setorial (CAS) de Letras, por exemplo, promoveu cerca de 90% dos 109 docentes inscritos na primeira rodada e recusou-se a acatar sugestão da CCAD de redução desse índice, considerado “acima da curva” (comparativamente a outros departamentos).

A Congregação do Instituto de Geociências (IGc), por sua vez, aprovou em 29/8 e manifestou publicamente sua oposição ao mecanismo de fração niveladora por “contrariar as justificativas oferecidas à época da apresentação e deliberação da proposta de progressão horizontal”, por “extrapolar a competência prevista

na Resolução 5.927” para a CCAD e por “não se vislumbrar justificativas acadêmicas que lhe forneçam sustentação”.

Diante dessas e de outras resistências, a CCAD decidiu descartar as “Diretrizes”. No dia 25/9 a professora Ema Otta, presidenta da Comissão Central, enviou ofício ao professor Valdecir Janasi, diretor do IGc, no qual comunica que “o mecanismo de fração niveladora foi uma ideia discutida em reunião entre a CCAD e os coordenadores de CAS, mas que não foi aplicada”. “O fiel da balança é a CAS, que estabelece os critérios norteadores de cada área, para os candidatos e para os assessores *ad hoc*, e que tem uma visão de conjunto de todos os memoriais e pareceres”.

**Letras.** A professora Sandra Guardini Vasconcelos, da CAS de Letras, explicou ao *Informativo Adusp* que a comissão baseou-se num documento de orientação aprovado pela Congregação da FFLCH para toda a faculdade, e que valoriza a graduação relativamente às outras frentes de atuação (pós-graduação, extensão, engajamento institucional), concedendo-lhe peso 4 num total de 10.

“Trabalhamos com essa perspectiva, e a diretoria da faculdade nos apoiou nisso. Houve uma reunião presencial com os pareceristas externos. A faculdade se responsabilizou por trazê-los, com passagens e estadias”, relata a professora. Desse modo, acrescenta, levando-se em conta que cada trio de pareceristas estava encarregado de avaliar dez docentes, os pareceristas puderam confrontar as suas próprias avaliações com as dos colegas.

“Tivemos liberdade de recomendar a promoção de todos aqueles que fizeram por merecer. A significativa maioria dos professores foi considerada apta a receber a progressão na carreira”, diz Sandra. “Quando enviamos nossa lista para a CCAD, no início de setembro, havia um

percentual bem alto de recomendações, em torno de 90%. A gente recebeu uma observação da CCAD de que a nossa avaliação tinha contemplado um número maior de docentes do que outras unidades, e que portanto estávamos fora da curva. E de que era preciso proceder a um corte”, conta.

A CCAD, detalha a professora, propôs que os docentes que tivessem algum “regular” em algum quesito tivessem a promoção rejeitada. “Acontece que trabalhamos com uma avaliação global. Não dá para ter ‘excelente’ em tudo, o tempo todo”, argumenta. “Em Letras, as pessoas têm classes de 100 alunos. Não dá para exigir que esse professor também faça extensão, e o engajamento institucional é menos frequente”, argumenta.

“Nós nos recusamos, porque a solicitação surgiu no final do processo. A CCAD aceitou a nossa decisão. Não sei o que vai acontecer no próximo processo”, afirma Sandra.

**Matemática.** O professor Severino Toscano, chefe do Departamento de Matemática do IME, levantou preocupações semelhantes às ponderações de sua colega da FFLCH. “Em Matemática e Estatística há muitos subitens aos quais é preciso dar nota, além dos cinco grandes itens. Quem não faz de tudo pode ficar com nota baixa”, declarou ele ao *Informativo Adusp*. “É um detalhamento excessivo, que passa a mensagem de que todo mundo tem que fazer de tudo” — um erro, no seu entender.

Realizou-se no departamento, em 26/9, uma reunião aberta com a finalidade de discutir as “Diretrizes” da CCAD. Toscano confirmou que o documento deixou inquietos os docentes. No entanto, no dia seguinte, o professor Flávio Coelho, diretor do IME e membro da CCAD, assegurou-lhe que a “fração niveladora” está fora de questão, que “passou quem teve mérito” e que, no limite, a USP está pronta a promover todos os candidatos, caso tenham mérito, havendo recursos para tal.

A reunião de 26/9 elegeu uma comissão de três docentes, que vai elaborar dois documentos

com base na discussão realizada: um sobre a “fração niveladora”, outro sobre critérios de avaliação. “Esses documentos serão submetidos ao Conselho do Departamento”, informa o professor Toscano.

**Geociências.** O documento aprovado em 29/8 pela Congregação do IGc não se limita a criticar a “fração niveladora”. Também condena a excessiva demora no andamento dos processos, ao entender “ser inadequado o descompasso entre o trâmite efetivo das solicitações que foram protocoladas em outubro de 2011, efetivamente encaminhadas para os relatores ao longo do primeiro semestre de 2012, e só tiveram o deferimento oficial publicado no *Diário Oficial do Estado (DOE)* em 14/7/2012”.

Por fim, a Congregação do IGc considera “que é inerente e desejável que no ambiente acadêmico haja diversidade de perfis e de talentos, e que a excelência da Instituição derive dos processos de cooperação e ação conjunta no cumprir das suas diferentes finalidades”. Assim, espera que “nos próximos processos de progressão horizontal, sejam consideradas com maior peso as avaliações departamentais, e que não sejam enfatizados critérios que, em detrimento do espírito colaborativo, possam incentivar competições individuais à progressão para cada nível (por exemplo, disputas por responsabilidade de disciplinas ou coordenação de projetos), e/ou induzir à homogeneização de trajetórias acadêmicas”.

Enfim, a tentativa da CCAD de legislar por conta própria, introduzindo um redutor inteiramente arbitrário no processo de avaliação; a demora de quase um ano na primeira rodada, expondo os docentes inscritos a um desnecessário estresse; bem como o risco de que prevaleçam na avaliação as tendências produtivistas e ranqueadoras que têm deformado o ensino superior no Brasil, confirmam os prognósticos feitos sobre a nova carreira docente (tão logo ela se delineou, ainda na gestão Suely Vilela), pela Adusp e por mais de 600 docentes que se manifestaram em abaixo-assinado.

# Greve das IFES termina. Avaliação é positiva

Terminou a greve dos professores das IFES, que foi liderada pelo Andes-Sindicato Nacional (Andes-SN) e parou mais de 50 instituições de todo o Brasil. “A mais longa e intensa greve da categoria dos docentes das IFES foi suspensa em setembro de 2012, foram quatro meses de luta pela reestruturação da carreira, valorização salarial e melhoria nas condições de trabalho. Em avaliação preliminar do movimento, a direção do Andes-SN argumenta que, ao deflagrarem a greve, os docentes mostraram sua insatisfação com uma série de questões que poderiam ser sintetizadas em dois pontos: a ausência de uma carreira estruturada com remuneração digna e as precárias condições de trabalho e de infraestrutura que hoje ocorrem no interior das instituições federais de educação”.

“O movimento baseou-se em dois eixos centrais: projeto de carreira e pautas locais. A estratégia central para atingir estes eixos foi o deslocamento prioritário para o trabalho de base com reuniões periódicas, debates locais, grupos de trabalho,

caravanas e ações de mobilização”, diz o documento da direção.

Em janeiro de 2011 o 30º Congresso do Andes-SN aprovou, em forma de projeto de lei, a proposta do movimento docente para reestruturação da carreira de docente federal, protocolada em seguida no Ministério da Educação (MEC) e no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Apesar das dificuldades, em 2011 foi assinado um acordo com o governo, que recuperou direitos relativos a princípios ordenadores da proposta de carreira do Andes-SN e inseriu algumas inflexões rumo àquela proposta.

**Força política.** A análise crítica do processo de precarização das condições de trabalho, com acúmulo nas pautas locais, e o processo de mobilização foram trabalhados politicamente pela direção para a construção da greve nacional. Desde 2011, as seções sindicais vêm se organizando e mobilizando a base. “As reuniões nacionais do Setor das Instituições de Ensino Superior (IFES) indica-

vam a necessidade de ampliar a mobilização com os docentes e o diálogo com a sociedade. A categoria respondeu mostrando disposição para a luta e com a certeza de que para garantir seus direitos deveriam ir às ruas”.

A direção destaca o fato de que a greve começou com força política, com 33 seções sindicais aderindo já no primeiro dia; cresceu rapidamente, promoveu ações de rua, aglutinou outros setores e desmascarou, pela base, o braço do governo no movimento docente (Proifes). A categoria docente enfrentou a intransigência do governo, que desmarcou reuniões já agendadas, repetiu o discurso de que não havia margem para negociar, e simulou um “acordo” com o Proifes, tentando assim deslegitimar a greve.

Diante do desgaste político sofrido, o governo finalmente abriu negociações, após 57 dias de greve, e apresentou, pela primeira vez, sua proposta de carreira. A categoria avaliou que tal proposta desestruturaria ainda mais a carreira atual e a rejeitou. Por outro

lado, a partir das deliberações da base, o Comando Nacional de Greve (CNG) do Andes-SN apresentou ao governo um documento que indicava caminhos para as negociações avançarem. O governo encerrou as negociações de forma unilateral, a categoria continuou em greve mesmo diante da assinatura do simulacro de acordo. Finalmente, o CNG apresenta a sua contraproposta, mais uma vez, reiterando a disposição dos docentes de negociar.

Uma vez protocolada, o CNG/Andes-SN solicitou audiência no MEC, MPOG e Secretaria Geral da Presidência da República. Em nenhum dessas instâncias o movimento docente obteve resposta.

“A greve foi forte porque o Sindicato Nacional vive um processo rico de enfrentamento com as políticas governamentais. Os enfrentamentos têm pautado a situação dos docentes e explicitado a disputa de projetos em curso, ou seja, o projeto privatista do governo versus o projeto de educação pública defendido pelo Andes-SN”.

## Lançamentos de *Retrato Calado e 68, a geração que queria mudar o mundo*

Mais dois livros com narrativas de pessoas que sofreram torturas durante a Ditadura Militar foram lançados na USP nas últimas semanas: *Retrato Calado*, de autoria do professor Luiz Roberto Salinas Fortes, nas Ciências Sociais, em 25/9; *68, a geração que queria mudar o mundo*, organizado por Eliete Ferrer, em 21/9, no Teatro Laboratório Miroel Silveira do Departamento de Artes Cênicas da ECA.

O professor Salinas Fortes, que era militante comunista, foi preso e torturado por duas vezes em 1970 (a primeira na Oban, a segunda no DOPS), experiências que o marcaram profundamente. Morreu em 1987, com apenas 50 anos de idade. No relançamento de *Retrato Calado* (Cosac Naify, 2012), sua personalidade e sua obra literária e acadêmica estiveram no centro de um debate que contou com a participação das professoras Maria das Graças de Souza, Irene Cardoso e Marilena Chauí.

Orientanda de Salinas Fortes no doutorado, que concluiu em 1990, já com Marilena como orientadora, Maria das Graças discorreu sobre os estudos que o

professor realizou da obra de Rousseau.

Irene expôs sua convicção de que *Retrato Calado* é efetivamente um “testemunho”, por ligar a existência pessoal do autor “às grandes correntes da história” e por se tratar de um documento escrito, que evita o risco do esquecimento. Ela chamou atenção para a crítica mordaz de Salinas Fortes ao regime militar, para quem ao “espetáculo pirotécnico do Brasil Grande” e ao “pacífico esquadrão comandado por Pelé e Tostão” contrapunham-se aos subterrâneos representados pela tortura e pelo Esquadrão da Morte. “Não esquecer Buzaid”, anotou ainda o autor, em alusão ao reitor da USP e ministro da Justiça da Ditadura.

Marilena deu um testemunho pessoal, destacando o “frescor psicológico, moral, incrível” de Salinas Fortes, a quem conheceu em 1966 e de quem se tornou grande amiga. A professora afirmou que, após o AI-5, a repressão política dizimou o Departamento de Filosofia da USP, no qual ambos lecionavam: “Havia um pavor

contínuo, ao qual a gente não podia se render. Neste ambiente é que Salinas foi preso por três meses. Quando saiu, fez a tese de doutorado sobre Rousseau”. Lembrou do gesto do amigo que consistia em colocar as mãos nas têmporas, quando dizia, em alusão aos sofrimentos psíquicos: “Esta dor vai me matar”.

**68, a geração...** Eliete Ferrer, que tem percorrido o Brasil para lançar *68, a geração que queria mudar o mundo*, esteve presente ao lançamento na ECA. “Este livro tem relatos de todos os tipos. Fala do cotidiano dos militantes, dos momentos nas prisões, das torturas e da solidariedade entre as pessoas à época; ele é dedicado aos jovens, porque a maioria dessas pessoas não tem ideia do que fizemos e do que fizeram com a gente na Ditadura”.

A obra traz 170 relatos, que variam entre duas e 15 páginas cada um, e exigiu cinco anos de trabalho. Na USP, a apresentação fez parte da campanha pela criação de uma Comissão da Verdade na instituição.

## Coutinho Netto morre aos 68 anos de idade

Faleceu em 12/9 o professor Joaquim Coutinho Netto, do Departamento de Bioquímica e Imunologia (DBI) da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto (FMRP). Aposentado, deixou família, amigos e um legado de promissoras pesquisas. Nos anos 1990, Coutinho coordenou um estudo sobre o uso do látex de seringueira na medicina. Como resultado, foi criada a pomada “Regederm”, para cicatrização, no mercado há quatro meses. “Recentemente, ele tinha visto que as proteínas do látex tinham também um poder anti-infeccioso. Na última vez que o visitei, já no hospital, artigos científicos estavam na cabeceira de sua cama. Mesmo internado, ele estudava”, conta Ronaldo Campanini, secretário do DBI, que trabalhou com o professor durante dez anos e tornou-se seu amigo. “A morte dele foi prematura e isso é duro. Ele ia viver e contribuir muito se não tivesse a doença”, diz o professor Wagner Ferreira dos Santos (FFCLRP), que foi orientando de Coutinho e estudava com ele compostos neuroativos.